

## Comunicado

### Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

O Governo decidiu exonerar, com efeitos imediatos, todos os membros da Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, agradecendo-lhes a disponibilidade para prestar funções em tão relevante instituição.

Infelizmente, esta decisão tornou-se inevitável por a Mesa, agora cessante, se ter revelado incapaz de enfrentar os graves problemas financeiros e operacionais da instituição, o que poderá a curto prazo comprometer a fundamental tarefa de ação social que lhe compete

A preocupação com o rumo da SCML e a incapacidade da Mesa de tomar ações decisivas para o inverter têm vindo a ser públicas, e são confirmadas por várias situações de que o Governo teve conhecimento, incluindo:

- Que, apesar de ter detetado, em junho do ano passado, uma iminente rutura de tesouraria, a administração cessante não tomou as medidas adequadas que se impunham, para inverter rapidamente a situação financeira de extrema gravidade e os riscos de insustentabilidade da SCML;
- Ao longo do último ano, não foi apresentado um plano estratégico ou de reestruturação, nem tão pouco um plano para fazer face às fortes quebras sentidas pela diminuição das receitas provenientes dos Jogos Sociais, principal fonte de rendimento da instituição;
- Verificam-se receios fundados sobre a (falta da) diligência necessária da atual Mesa para resolver eficaz e celeremente a exposição à atividade internacional ruïnosa da SCML, designadamente através da SCML Global;
- Multiplicam-se os alertas de redução significativa da atividade da ação social da SCML em território nacional;
- Instada a prestar informação solicitada pela tutela, a Mesa cessante demonstrou incapacidade de o fazer em tempo.

Desde que foi fundada, os maiores ativos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa têm sido a capacidade de apoiar os mais vulneráveis e a confiança que a população nela deposita de que o poderá continuar a fazer. Ambos estavam a ser comprometidos pela Mesa cessante, bem como a anterior, desde logo ao não garantirem que a respetiva gestão se pautava pelo grau de diligência, rigor e transparência que são devidos pelo interesse público.